

ACTA N.º 6
MANDATO 2009/2013

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-04-06; -----
2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
 - 2.1 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com área de 34,00 m², sita no Lugar da Devesa, freguesia de Sobrado; -----
 - 2.2 Concurso público, com publicação no Jornal da União Europeia, para prestação de serviços de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do Município de Valongo, bem como no âmbito do plano de emergência de apoio alimentar; -----
 - 2.3 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares; -----
 - 2.4 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia na área da limpeza de bermas, valetas e caminhos e colocação e manutenção de sinalização toponímica; -----
 - 2.5 Regulamento de taxas relativas à realização de operações urbanísticas; --
 - 2.6 Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais – relatório de fundamentação económico-financeiro das taxas e outras receitas municipais; -----
 - 2.7 Documento de prestação de contas de 2009, dos SMAES; -----
 - 2.8 Documento de prestação de contas de 2009, da Câmara Municipal; -----
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado Vale, Arnaldo Pinto Soares, José Afonso Teixeira Lobão, Luísa Maria Correia de Oliveira, Maria José Baptista de Moura Azevedo e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Henrique Jorge Campos Cunha, João Loureiro de Castro Neves, José Filipe Pinto Bandeira, Maria Fernanda Marques Pereira e Orlando Gaspar Rodrigues, tendo sido substituídos, respectivamente, por José Brandão Pereira, José Manuel Pereira, Maria da

Luz Jorge Ferreira, Fernando Santos Silva e Paulo da Rocha Gomes. -----
Verificou-se a substituição ao abrigo do art.º 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro António Fernando Correia Monteiro, tendo sido substituído pelo Membro Eliseu Filipe Pinto Lopes. -----
Verificou-se a falta do Membro José Joaquim Moutinho Araújo, não tendo sido substituído. -----
Em virtude do Presidente da Assembleia Municipal, Henrique Jorge Campos Cunha, ter pedido a sua substituição a presente reunião foi presidida pelo Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa. -----
O Senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** deu início à reunião convidando o membro da Assembleia Elsa Maria Torres Carneiro para a Mesa, ocupando o lugar do Primeiro Secretário. -----
O Senhor **Segundo Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----
O Senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** deu a palavra ao público, não se tendo verificado intervenções. -----
De seguida, deu início ao **Período Antes da Ordem do Dia** dando a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----
Seguidamente fez a leitura de uma **Moção apresentada pelos Líderes Municipais** anexa à presente acta como **Doc.1**, colocando à votação a sua admissão, que obteve a unanimidade. -----
De seguida colocou à discussão a **Moção** admitida. Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação sendo aprovada por unanimidade. -----
O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que o processo do PDM tem sofrido um “conjunto de desmandos, muito sérios”, que o têm prejudicado no que tem a ver com a sua competitividade! -----
A Câmara possui um PDM de primeira geração, desde 95; em 2003 houve uma decisão na Câmara que, na altura, mereceu o voto de abstenção dos Vereadores do PS, com um conjunto de orientações para a de Revisão do PDM, sendo este relançado, sensivelmente em 2007. -----
“O Senhor Presidente da Câmara só tem dois Pelouros, o PDM e a questão dos lixos, prescindindo de todos os outros”. -----
Disse que “o Concelho está muito descaracterizado por uma série de desmandos, em relação aos quais o PS não tem rigorosamente nada a ver, nem as outras forças da oposição representadas na Assembleia”. -----
Informou que em relação a estas matérias vão estar muito atentos. -----
Continuou dizendo que existe um documento, de Julho de 2009, que deveria ser público, designado de: **“Quadro prévio do ordenamento do PDM”**, onde se diz que: “O PDM de Valongo, em vigor, teve alguns impactos positivos no desenvolvimento concelhio, ao nível da salvaguarda de alguns valores patrimoniais, e componentes biofísicas mais relevantes, ou na consolidação de algumas zonas industriais no concelho. No entanto, não será

menos verdade, não conseguiu dar uma resposta adequada a muitos dos problemas do concelho. -----

- O PDM é o único Plano Municipal de Ordenamento do Território que existe; o único instrumento para a gestão e transformação urbanística do município.

- E que a este nível a reduzida influência deste instrumento na definição das políticas e intervenções públicas, na gestão das dinâmicas urbanísticas posteriores à sua entrada em vigor, está directamente associada a alguns aspectos materiais menos positivos, transversais às mais diversas vertentes territoriais, comuns em muitos dos PDM's de primeira geração, nomeadamente: -----

Ponto 1 – Uma reduzida vertente estratégica, e ausência de aprofundamento das orientações de programação e operacionalização das suas propostas. ---

O PS disse várias vezes que não há estratégia, como ali está escrito. -----

Ponto 2 – Uma lógica de ordenamento, sobretudo quantitativa, sendo escassos os critérios ou parâmetros qualitativos e de estruturação prévia do território. -----

Ressalva-se no entanto o diagnóstico elaborado por este instrumento que permitiu um conhecimento exaustivo do território, com uma grande preocupação e cuidado para a componente biofísica municipal. -----

Os aspectos anteriores ganham especial importância, uma vez que uma das principais apostas do PDM em vigor é a expressiva expansão física das áreas urbanas, generalizada a todo o território concelhio, como resposta e promoção ao crescimento habitacional e populacional do concelho. -----

Da leitura à planta de ordenamento do PDM em vigor é possível constatar que a dimensão das áreas urbanizáveis propostas e ainda não ocupadas, mas com a propensão para a construção de edifícios habitacionais, é semelhante às áreas já urbanizadas, por altura da elaboração do PDM. -----

Desta forma o PDM, dotou o concelho de uma capacidade de construção de habitação claramente superior às necessidades municipais existentes e previstas à data de elaboração do plano, quer no que diz respeito às dinâmicas imobiliárias, quer no que diz respeito às dinâmicas demográficas existentes. -----

Esta perspectiva de ordenamento preconizada e, sobretudo a forma quantitativa como é proposta, incentivou a iniciativa urbanística espontânea e avulsa e conseqüentemente as dinâmicas de expansão e expressão urbanas que se vieram a verificar, contrariamente à consolidação dos tecidos urbanos existentes e à valorização da vertente biofísica do território, perspectiva que se podia privilegiar, à data. -----

Depois, enumera mais um conjunto de informações, designadamente no que diz respeito à base económica dizendo: -----

- Que o PDM actual aposta sobretudo na consolidação das zonas industriais existentes Ermesinde, Alfena e, na criação das zonas industriais de Campo e Sobrado, para complementar o perfil residencial do concelho. -----

- Quanto à vila de Campo destaca-se a situação, incipiente, fragmentada e

dispersa em que se encontra a sua Zona Industrial. -----
Disse que “isto foi dito em Julho do ano passado, o que significa que a Câmara não teve competência para tratar do assunto como deveria ser, ou então andou a dormir, pois é um assunto muito importante”. -----
Disse, ainda, que “a Câmara anunciou várias vezes que ia apresentar a revisão do PDM, assim como em reunião de Câmara o Senhor Presidente anunciou que no final do mês de Março, início do mês de Abril, apresentaria a revisão do PDM, o que não aconteceu até à data”. -----
Afirmou que “existem muitas iniciativas avulsas, espontâneas, designadamente no que toca a intenções de investir nas zonas industriais”. --
Acrescentou que “existem questões que têm que ser clarificadas, porque, há dois anos, houve uma intenção de suspensão do PDM. Foi retirada passados uns meses, uma proposta para alterar o PDM, porque a CCDR disse: - “Deixem-se disso; façam-no em sede de revisão, que é o que faz sentido”. ---
“Estamos a falar do célebre tema que envolve a declaração de utilidade económica ou de importância económica que foi tomada em relação à CHRONOPOST. O PS não está contra o investimento de 50 hectares dos quais 1/3 é REN. Mas gostava de ser informado do seguinte: -----
- **Primeiro** – “É possível conhecer, o estudo de avaliação ambiental, que foi sugerido pela CCDR, em relação a essa intenção? Todavia, que fique claro, o PS é favorável à mudança da CHRONOPOST, embora entenda que podia ser feito doutra forma”. -----
E se “a CHRONOPOST tem intenção de mudar de instalações, faça um protocolo com a Câmara, de forma pública, dizendo que dentro de determinado período mudam, pois é assim que se faz nas Câmaras de gente séria, que fazem negócios com gente séria”. -----
- **Segundo** - É verdade, ou não, que a CCDR colocou o índice de utilização em questão em **0,20?** -----
- **Terceiro** – O PS foi informado sobre a intenção, mais uma, de investimento, exactamente, ao lado da zona citada, em Alfena, para além dos 50 hectares. Querem desafectar mais 80 hectares e não se sabemos para quê! -----
Perguntou ainda se “existe, ou não, algum processo na Câmara de um dos seguintes promotores: **JAP** Imobiliária e Investimentos Industriais, LDA, **ADRI PARTE** Imobiliária Quatro, SA, e **GINTEGRAL II** Triagem, S.A., para criar uma coisa - não sabe bem o que é que será - **Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial, Parque Industrial de Alfena**, numa zona que salvo erro é quase toda REN (ou uma parte é REN), exactamente ao lado dos 50 hectares”. -----
Estão a falar de uma zona conhecida como zona dos Cinco Caminhos. -----
“Gostaria de obter resposta relativamente às questões colocadas pois, caso contrário e amanhã farei uma denúncia ao DIAP sobre a situação, pois pode-se estar perante uma situação de especulação imobiliária, e o PS é muito zeloso do interesse dos seus autarcas, e não vai sujeitar nenhum dos autarcas do PS a uma situação de especulação imobiliária”. -----

-

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, Começou por dizer que em plena campanha eleitoral foi anunciada a requalificação do edifício do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Valongo, para futuros Paços do Concelho, pergunta se esse anúncio foi mais um foguetório da campanha do PSD, pois o projecto parece não estar para arrancar este ano, e talvez só em ano de eleições se volte a falar no assunto. Disse de seguida que a CDU apresentou um requerimento, onde perguntavam: como e em que condições foi efectuado o atentado urbanístico em relação ao corte de árvores na antiga feira de Ermesinde. Relativamente às perguntas colocadas ainda não obtiveram os documentos pedidos: -----

- Acta da reunião pública onde a Câmara de Valongo decidiu suspender o abate de árvores e, possível acta da decisão em contrário, pois o abate foi efectuado. -----

Disse que “o parecer do Departamento do Ambiente da Câmara é favorável à preservação das árvores, pois não oferecem perigo, e gozam de boa saúde, embora não deixem de criticar o tipo de poda que têm sofrido”. -----

No entanto, o Departamento de Obras e de Transportes da Câmara autorizou a Junta de Freguesia de Ermesinde a abater as árvores. -----

Disse que o assunto está longe de estar esclarecido, querem mais respostas e o atribuir de responsabilidades. A Assembleia, como Órgão de fiscalização, não pode ficar muda perante o assunto. -----

As contradições entre serviços camarários e a falta de decisão do Executivo camarário, precisam de mais esclarecimentos. -----

Assim, a CDU vai requerer que a Conferência de Líderes se reúna o mais rapidamente possível para analisar o processo e, o Senhor Presidente da Câmara e responsáveis dos serviços, prestem mais esclarecimentos. -----

Continuou dizendo que em Sobrado a Associação Casa do Bugio iniciou a construção do seu edifício, há uma dúzia de anos, estando a Associação Casa do Bugio e a população de Sobrado metidos num buraco sem saída. ---

A obra foi iniciada legalmente, teve a presença, na inauguração, do Senhor Presidente da Câmara mas, ao longo do processo chegou-se à conclusão que há uma parte do edifício que está construído em terreno que não podia ser, porque viola o PDM. -----

A Associação Casa do Bugio só pode desatar o nó se tiver a contribuição e/ou a colaboração da Câmara. Gostava de saber o que é que a Câmara pensa em relação ao assunto. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Eduardo Filipe Monteiro Tavares Dias**, começou por dizer que houve uma publicação da revista DECO sobre um estudo na área dos resíduos, onde se analisa uma série de parâmetros. -----

Esse estudo refere-se a um inquérito, feito em Dezembro de 2009, em concelhos com mais de 50 mil habitantes; um estudo que abrange 70% da

população nacional -----
Relativamente aos resultados desse estudo e no que toca a alguns parâmetros que nos dizem particularmente respeito, Valongo aparece num lugar de destaque, ao nível de recolha de plástico e metal. -----
No universo de todos os concelhos consultados e avaliados Valongo aparece no segundo lugar. Das pessoas inquiridas no país os Valonguenses são os segundos mais satisfeitos, com a recolha de resíduos da fileira plástico e metal. -----
É um estudo independente e dirigido àqueles que mais interessam: os clientes. Foram consultados os clientes da matéria em análise que em Valongo, estão satisfeitíssimos. No país todo, estão em segundo lugar. -----
O que não será novidade, pois toda a gente conhece os prémios da excelência autárquica que a Câmara teve ao longo dos anos na área do ambiente. -----
No que se refere aos resíduos indiferenciados (a recolha do lixo comum), Valongo aparece, novamente, em segundo lugar, com a segunda maior percentagem de satisfeitos no país. -----
Não é de admirar, pois os municípios têm seis dias de recolha por semana. ---
Disse de seguida que estamos muito bem classificados, mas podemos fazer melhor. Os serviços são eficazes mas podem ser mais eficientes. Menos um dia de recolha por semana significa uma grande poupança para o município, que poderia ser aplicada noutras áreas do domínio do ambiente, como no caso da Serra de Santa Justa e da Serra de Pias. -----
Considera que precisamos de uma coisa muito mais importante: educar a população a nível ambiental e a nível de separação de resíduos. -----
O Senhor Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças, começou por dizer que “o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro já nos habituou às suas intervenções inflamadas, não sendo de estranhar mais uma. Pena é que, noutros palcos políticos, não tenha a mesma pujança para exercer o seu direito de porta-voz das carências, não só do nosso concelho mas também do distrito, nomeadamente na Assembleia da República -----
“Falou sobre um tema que não vou rebater, não vou discutir o seu conteúdo, mas há uma afirmação que eu não posso ignorar; “a descaracterização do concelho deve-se única e simplesmente ao PSD “! -----
Considera mesmo a afirmação, um tanto abusiva, pois não se lembrou de algumas aberrações efectuadas no período em que o PS foi poder na Câmara, como: -----
- Algumas das actuais zonas habitacionais que, inicialmente, deveriam ser zonas industriais e, com o consentimento da Câmara do PS foram construídas casas à mistura com algumas unidades industriais, que estão hoje a funcionar no centro das habitações. -----
- O traçado da A4 que, em grande parte é da responsabilidade do PS, ter atravessado a cidade de Valongo, pois inicialmente não estava previsto o traçado que foi adoptado. -----

- Bairros sociais implantados no centro nobre da cidade, concretamente na principal avenida, a Av. 5 de Outubro. -----

- Alguns edifícios implantados de forma abusiva em cima das vias. -----
Disse de seguida que cada Força Política deve assumir as suas responsabilidades, e não tentar branquear o passado referente às primeiras dezenas de anos, após o 25 de Abril. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira**, começou por dizer que relativamente ao estudo efectuado pela DECO sobre os resíduos, não o conhece, nem sabe qual a metodologia aplicada bem como, se passou por Ermesinde. -----

De seguida disse que, na Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2009, o Grupo Municipal Coragem de Mudar inquiriu a Câmara Municipal sobre algumas adjudicações efectuadas por ajuste directo, face ao objecto contratual e às correspondentes entidades adjudicatárias, diferentes interpretações, e consideráveis dúvidas quanto à precisão da denominação, identificação do objecto do contrato, do montante adjudicado, das entidades adjudicatárias e da predominância temporal, em ano de eleições autárquicas. Na altura o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. João Paulo Baltazar, disse que sobre as inquirições seriam dadas respostas por escrito, o que não aconteceu até à data. -----

Disse seguidamente que foi dado a conhecer, através do portal da Câmara Municipal de Valongo, que a edilidade não estará disposta a garantir o serviço de transporte aos alunos do concelho de Valongo que pretendem frequentar a Universidade Júnior, dizendo que a Universidade Júnior é uma iniciativa criada pela Universidade do Porto, e tem como objectivo divulgar e promover a cultura, a ciência, a arte e as letras junto dos jovens a frequentar nas escolas entre o 5º e o 11º ano de escolaridade. -----

Referindo, ainda que, lamentavelmente, este ano não pode prestar o serviço de transporte para a Universidade Júnior dado que a viatura que o realizava não reúne as condições legalmente exigíveis ao transporte colectivo de crianças e jovens. -----

Assim, gostaria de colocar as questões seguintes: -----

- Sendo a educação uma prioridade assumida pelo actual Executivo; tendo sido estabelecidos protocolos de parceria e cooperação com a Universidade do Porto; assumindo os pais de muitos alunos, frequentadores de tal iniciativa, que é um direito adquirido em tempo de férias lectivas; não encontrando a Câmara Municipal outras alternativas dentro do concelho de Valongo, que em última instância substituam a anterior; -----

Sendo certo que a argumentação apresentada não poderá vigorar ao longo do presente mandato, porque a sua necessidade se mantém a curto, médio e longo prazo. -----

Entende o Grupo Municipal Coragem de Mudar que tal problema poderá, e deverá, ser resolvido através de uma melhor equidade da gestão da frota existente, que tantas vezes tem sido colocada ao serviço de interesses

particulares e de duvidosa finalidade. -----
Entende igualmente que, sem prejuízo de outras iniciativas programáticas, o recurso aos transportes existentes ou ao pagamento do seu serviço, poderá cumulativamente possibilitar a continuação do transporte aos alunos, tal como acontecera em edições anteriores. -----
Porque a política educativa não se esgota na remodelação do parque escolar, a anulação do cumprimento dos serviços assumidos permite-lhes dizer que em Valongo a educação já não corre sobre rodas. -----
O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar**, começou por dizer que iria responder por ordem inversa das intervenções feitas. -----
Relativamente à resposta em falta ao grupo Municipal Coragem de Mudar a iria enviar brevemente. -----
Quanto à questão do quartel dos Bombeiros em Valongo, só não sabe quando é que vai haver eleições mas, se as eleições forem normalmente, em 2013, com certeza as obras não arrancarão em ano de eleições -----
O projecto sob o ponto de vista de arquitectura está pronto, têm que fazer os projectos de especialidade que, espera sejam feitos, o mais possível, com recursos da Câmara, mas têm expectativa de a breve trecho arrancar com o processo. Depois, passa pela velocidade com que os Bombeiros Voluntários procederão às diligências necessárias -----
Relativamente à questão da Casa do Bugio, é pertinente. Aliás, enlaça na questão inicial que foi colocada, Revisão do PDM, sobre o ponto de vista técnico. O que está assegurado, desde já, é uma proposta para que seja resolvida a legalização da Casa do Bugio. -----
O Gabinete que está a proceder à revisão do PDM já garantiu que essa é uma das questões que fica contemplada na proposta que fará. -----
De seguida disse que pretendia dar os parabéns ao Deputado José Manuel Ribeiro pela sua eleição como Presidente da Comissão política Concelhia do PS, e preferia que ele tivesse começado de uma maneira melhor. -----
Quanto ao documento que Deputado José Manuel Ribeiro leu, é um documento que tece um conjunto de considerações, e muitas delas são efectivamente verdadeiras, mas é importante que também tenham memória.
Primeiro - O PS nada tem a ver com os desmandos! O Senhor Deputado esquece-se do sítio onde estamos agora! Um edifício que é um dos grandes desmandos do PS. A população do concelho, sobretudo a população da freguesia de Valongo acolheu uma proposta com amplo apoio, de aproveitarmos o Quartel dos Bombeiros para os Paços do Concelho, por um lado numa perspectiva de reabilitar aquele espaço, mas sobretudo porque tem alguma vergonha dos actuais Paços do Concelho porque realmente, isto sim, é um desmando! -----
Se forem à Ilha, em Valongo, há ali outro desmando. -----
O primeiro processo de PDM e foi reconhecido por toda a gente, foi feito em tempo recorde, porque o PS que tinha abandonado o poder não tinha deixado o trabalho feito, correndo Valongo o risco de perder a possibilidade

de ter acesso a candidaturas comunitárias por não ter um PDM aprovado. ----
Pareceu-lhe deselegante, as insinuações feitas relativamente ao Senhor Presidente da Câmara. Pensou que com a eleição, o nível crítico de responsabilidade das suas intervenções iria aumentar, mas ficou desiludido. Quando disse que “quem está a fazer o trabalho”(e supõe que se estivesse a dirigir à equipa do professor Paulo Pinho), dizendo que era gente séria, espera que continue a fazê-lo. -----
Disse de seguida que ficaram previstas, relativamente à revisão do PDM, três questões: *a compactação da malha urbana*, a consolidação e a *questão do saldo zero*. Tais questões que foram imposições de cariz político e legal, que o concelho de Valongo acolheu com muita satisfação, pois têm-se hoje a noção que o primeiro PDM permitiu uma dispersão urbanística muito grande. Informou que a muito breve trecho vão ter a possibilidade de ver, todos, a proposta que o gabinete fará. -----
Portanto, todos temos expectativas relativamente ao que vai ser o PDM, porque o PDM é o instrumento que vai definir como é que o concelho vai crescer nos próximos anos. -----
Quanto à questão de fazer queixa ao DIAP, não sabe se com a questão do SIADAP os Deputados do PS têm que fazer **X** queixas para avaliação final. Mas se quiser fazer a queixa ao DIAP por causa de não lhe poder dar hoje o estudo ambiental sugerido pela CCDR, nem a resposta sobre se o índice máximo será de 0,20 ou se o tal projecto de investimento entrou então aconselhava-o a começar a escrever. -----
O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares**, começou por dizer que o PS é e será sempre um Partido de poder, um partido de alternativa, e espera-se dos seus responsáveis que assumam responsabilidade, acima de tudo que tenham ética e tenham princípios. -----
Considera que, se a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro pretendeu ser insultuosa, não insulta quem quer mas só quem pode. -----
Relativamente aos documentos do PDM que estão em elaboração, serão analisados, serão sindicados por todos e, é da opinião maioritária dos Órgãos que sairão os documentos finais. -----
Disse que considerava completamente descabida e mesmo irresponsável a intervenção do Senhor Deputado, tanto mais que acabou de ser eleito. Se com isso pretendia marcar pontos perante o Partido pensa que prestou um mau serviço ao mesmo. -----
Relativamente à intervenção do Deputado Adriano Ribeiro, havia um projecto combinado pela Câmara e o anterior Senhor Presidente da Junta de Ermesinde. Iniciaram-se as obras e a actual Junta entendeu questionar o projecto que estava a ser concretizado. E porque é dona do espaço onde a obra estava a ser feita, entendeu, após análise, efectuar algumas alterações. A actual Junta de Freguesia, mais próxima da população, entendeu que havia melhoramentos a fazer no âmbito das propostas -----
Questionaram os serviços da Câmara, pois estariam disponíveis a colaborar.

Os serviços entenderam que haveria o abate de sete árvores, por questões de saúde e que na altura analisaram com a Junta de Freguesia. Mas, ao abater essas sete haveria duas que ficariam a interferir de uma forma profunda com a obra. -----

A Junta de freguesia analisou o processo e achou que havia uma mais-valia do projecto e, atendendo que a densidade das árvores no local era muito grande, comprometeu-se a replantar árvores noutros locais da Freguesia, e já que tinha a oportunidade de requalificar aquela zona entendeu assumir o abate daquelas árvores e concretizar o projecto em conformidade.-----

Relativamente ao Deputado José Manuel Pereira, a gestão da frota da Câmara é feita ao serviço da população, das colectividades, das associações, e é pena que muitas vezes não se consiga dar resposta a todas as solicitações. -----

Quanto ao transporte para a Universidade Júnior também lamenta esse facto, mas o autocarro tem mais de 16 anos, não reúne as condições para circular com jovens, e não se podia efectuar o transporte como se tinha efectuado anteriormente. -----

A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale**, começou por dizer que relativamente ao transporte já tinha sido explicado, mas que a Câmara continua a pagar as inscrições a 20 alunos carenciados do concelho de Valongo. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que quanto à questão “deselegante”, considera que deselegante e desrespeitador é o Senhor Presidente de Câmara que, provavelmente, passado o período Antes da Ordem do Dia vai entrar na sala e participar no resto da reunião, porque assim o faz sistematicamente. -----

Disse que não vem para agradecer ao Senhor Vereador. Para ele, o que conta é o seu Partido, que se pronunciou no sábado passado e que, a todo o momento, escrutina a actividade dos seus autarcas e não tem o mínimo de dúvida sobre a seriedade dos seus autarcas. -----

Sobre a questão de fundo o Senhor Vereador não falou nada. -----

Em relação ao Vereador Arnaldo Soares, não lhe deve lições. O Senhor Vereador pode dizer tudo dele, mas “nunca faltou ao pagamento de taxa de rampas, nem nunca desapareceram processos de pagamento de taxa de rampas”, portanto “o Senhor Vereador não lhe dá lições de moral”. -----

Lembra-se das suas posições que tinha, aqui, como Presidente de Junta, Independente e das posições que tem, agora, como Vereador. -----

Quanto à questão do PDM, é normal que uma Câmara Municipal diga em 31 de Outubro de 2007 e faça uma proposta de suspensão parcial do PDM com o objectivo de estabelecer medidas preventivas; o processo é depois retirado porque houve problemas, (e houve muitos problemas nessa discussão), e passados alguns meses, no dia 24/01/2008, volta com outra tentativa, dessa vez com o processo de alteração pontual do PDM, que aliás teve o voto contra do então Vice-Presidente de Câmara? -----

Disse que o PS não é, nem nunca vai ser, parceiro de negociatas, portanto vão denunciar tudo, porque quando ganharem a Câmara querem estar limpos. -----

Enquanto Presidente de uma estrutura política local está obrigado a zelar para que isso nunca aconteça com aqueles que representam o seu Partido, porque se o fizerem estão a prejudicar o Partido, e estão a prejudicar-se a eles próprios. -----

Disse de seguida: “alguém acredita que um conjunto de promotores, com uns nomes pomposos, venham propor uma alteração, não se sabe muito bem quem é que vai propor, se são os promotores ou se vai ser a Câmara, mais 83 hectares, grande parte do território é reserva ecológica, ou com outra classificação que impede a construção, mas dizem uma coisa espantosa que no espaço de 10 anos vão criar entre 10 a 12 mil postos de trabalho”? -----

Que isso nem seria um projecto da Câmara. Estamos perante um PIN, um super PIN, em que o próprio Ministro da Economia viria garantir que os 10 ou 12 mil postos de trabalho seriam garantidos no concelho. -----

Solicitou que mostrem o protocolo, que digam quem são as empresas, que provem que vão criar entre 10 a 12 mil postos de trabalho. -----

Que no mesmo processo dizem que só vão avançar com 1% da área total. -

Quando falaram no SIADAP, lembra o princípio mais fundamental dos funcionários da Câmara, que é o princípio da legalidade, e uma coisa fundamental é o seguinte: -----

A Lei, e a legislação em concreto, que regula as matérias da gestão urbanística, dá o chamado direito de participação; diz no artigo 6º que os cidadãos, bem como as associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, onde se inclui o PDM. -----

Portanto, não abdicam desse direito, e estão a exercer exactamente essa função, foram eleitos para estar na oposição, não foram eleitos para fazer de conta que governam o concelho; “tudo o que pareça o que é será objecto de uma denúncia do PS”. A lei obriga-os a denunciar situações que não são claras. -----

Andam há meses a pedir para que o representante da Assembleia Municipal tenha acesso a documentação, e recentemente foi-lhes dito que o Senhor Professor Paulo Pinho vai reunir com eles, mas não deve ser só eles! -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar**, informou que o Senhor Presidente da Câmara, hoje, não pode estar presente na Assembleia. Disse de seguida que o Deputado José Manuel Ribeiro relatou um conjunto de coisas, nomeadamente que em 31 de Outubro de 2007 foi feita uma proposta de suspensão do PDM, e que no dia 24 de Janeiro de 2008 foi feita uma proposta de alteração pontual do PDM. -----

Assume que possa ser exacto quanto à questão das datas, mas tanto quanto se recorda o Senhor Vice-Presidente não votou contra, porque não houve

votos contra. -----

Quanto à questão do direito de participação está salvaguardado. Estamos a falar de um processo de revisão que tem necessariamente vertido em si próprio e por lei, espaço para discussão pública como aliás, deve saber. -----

Acho que o Senhor Deputado foi até redutor na maneira como disse, “andava aí um Membro a pedir informação”. Há sim uma pessoa da Assembleia Municipal que ficou incumbida de solicitar que houvesse uma reunião, para toda a Assembleia Municipal, mas não andou ninguém a pedir informação. --

Portanto, e numa primeira fase, foi sugerida uma data. Desde o início da indigitação, pela Conferência de Líderes, essa pessoa colocou a questão, e a primeira dúvida que surgiu foi se faria sentido fazer, fazer de imediato uma reunião porque, já que no horizonte temporal e relativamente aos pontos que estavam apresentáveis no trabalho da equipa do Professor Paulo Pinho, é um momento em que há assuntos encerrados. A partir daí abre-se um novo conjunto de assuntos. -----

Aconteceu que, quando se falou sobre o assunto estava em curso um conjunto de operações que, com alguma brevidade seriam concluídas, e iria preparar uma apresentação já mais avançada. Foi com a partilha desta informação que se tomou a decisão de protelar a tal apresentação. -----

A concluir, informou que irá haver uma reunião muito brevemente; ainda esta semana pode acertar-se a data. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares**, disse que o que sabe fazer é trabalhar, não acusar, e vai fazê-lo enquanto ali estiver. -----

O julgamento de que foi alvo pelo Deputado José Manuel Ribeiro não lhe interessa, pois já foi julgado pela população, mais do que uma vez e ganhou.

O Senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à discussão o **Ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-04-06**. Não se tendo verificado intervenções sobre este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e *seis abstenções* em virtude dos Membros não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou à discussão o **Ponto 2.1 Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com área de 34,00 m², sita no Lugar da Devesa, freguesia de Sobrado**. Não se tendo verificado intervenções sobre este assunto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão o **Ponto 2.2 Concurso público com publicação no Jornal da União Europeia, para prestação de serviços de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do Município de Valongo, bem como no âmbito do plano de emergência de apoio alimentar**. -----

O Senhor **Deputado António Jorge Duarte do Aído**, disse achar necessário tecer algumas considerações acerca deste assunto. -----

Quanto à parte técnica pensa que está bastante bem elaborado, mas há questões para as quais deve chamar à atenção. -----

No preâmbulo, diz-se que o acesso das refeições escolares promove a igualdade de acesso e das oportunidades, mas ele ainda iria mais longe. No seu entender, está à frente do direito à educação, porque se não derem de comer aos meninos eles não aprendem, e esse é que é o grande problema. -- De seguida lembrou que está a decorrer na televisão um concurso onde parece que são só os dos concelhos vizinhos e citou a Maia. Gostava que Valongo se comparasse mais com a Maia e informou: um concurso em que das duzentas e muitas escolas do País que concorreram, a primeira foi Nogueira da Maia e a terceira foi a E.B. 2.3 da Maia. -----
Pode questionar-se se os alunos da Maia serão melhor alimentados que os de Valongo, mas a alimentação há muito que está implementada pela Câmara. Para ele a alimentação nas escolas e os próprios espaços físicos da Maia não se podem comparar com os de Valongo. -----
Há alunos que “fogem de Valongo”, para se inscreverem na Maia. -----
A questão dos resíduos é praticamente a mesma coisa. Basta dar um passeio, atravessar para o lado de Santa Cristina e vê-se que a limpeza é outra, as estradas são outras, etc. -----
Em relação à questão do trabalho da DECO não sabe quem concorreu, não sabe quem ficou em primeiro, mas o que é certo é que não concorreram todos.-----
Voltou à questão das refeições e na página 3.6 disse existir um item que fala em 20 pontos, 40 pontos, 10 pontos, isto dá 70 e não 60 como está à frente; há qualquer coisa que está a mais. -----
A outra questão e que neste tipo de concursos a fiscalização deve ser feita pelas escolas. É à escola que cabe fazer a fiscalização. -----
Outra questão que existe em outros concursos: a ementa deveria ser traçada pelos serviços competentes de uma nutricionista da Câmara Municipal. -----
Para si, o próprio concurso não deveria incluir o plano de apoio de emergência alimentar nas escolas, porque melhor do que a Câmara sabem as IPSS locais distribuir e saber quem precisa de alimentação. -----
Se a Câmara, em vez de se transformar numa espécie de empresa de restauração entregasse as verbas que tem disponíveis às IPSS locais de cada freguesia, possivelmente os pobres, e nomeadamente aqueles que têm fome seriam melhor alimentados. -----
De seguida fez a leitura de uma Proposta de Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.2.** -----
A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale**, disse que a Câmara tem uma cobertura de 100% das refeições aos meninos, que essas refeições e ementas são rigorosamente monitorizadas, e que há um instrumento de permanente avaliação das mesmas num questionário de satisfação. Informou ainda que as famílias têm acesso a estes instrumentos.
A Senhora **Deputada Rosa Maria Sousa Maria Martins Rocha**, começou por dizer que relativamente ao estudo elaborado pela DECO foram inquiridas 69 Câmaras e 5031 cidadãos; seleccionaram os concelhos com mais de 51

mil habitantes, incluídos em todas as capitais de Distrito. -----
No que diz respeito à satisfação com a recolha dos plásticos e metal quem ficou em primeiro lugar foi Portimão, Valongo em segundo, e a Maia ficou em oitavo. -----
Quanto à satisfação com a recolha de lixo, Portimão ficou em primeiro, Valongo em segundo e a Maia ficou em quadragésimo quarto. -----
A Maia é um concelho que está mais evoluído que Valongo, e o facto de estudantes fugirem para lá, acha que são filhos dos mais ricos, para as escolas frequentadas, naturalmente, por meninos mais ricos. -----
Ironizou relativamente ao grau de satisfação dos alunos; se se quiser ter maior grau de satisfação dos meninos dá-se-lhe todos os dias salsichas com ovos estrelados, não se lhes dá hortalíça, não se lhes dando afinal aquilo que é bom para os meninos porque muitos deles não gostam! -----
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que saber do grau de satisfação junto das crianças não é aconselhável porque, as crianças não poderão impor a ementa que mais desejam. Desse modo a sopa era totalmente banida e queriam sempre pratos de batatas fritas com salsichas. E em seu entender a sopa é acima de tudo o prato mais importante que se pode dar a uma criança. -----
Em relação ao plano de emergência, que a Câmara poderia atribuir essas verbas às IPSS, disse conhecer muito bem o que se passa no terreno. -----
A maior parte das IPSS que existem no concelho não estão preparadas para servir este tipo de refeições. É que tudo isto exige capacidade de novos equipamentos e atribuir-lhes agora essas tarefas é obriga-las a fazer um investimento para o qual não estão preparadas. -----
No caso concreto da Misericórdia de Valongo já não tem capacidade para ir mais além, pese embora a sua boa vontade em servir sempre mais e melhor. O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar Cristiano Roberto Bento Ribeiro**, disse que o Grupo Coragem de Mudar propôs mais eficácia, e eficiência para a educação. -----
Não estão a pedir que seja avaliada a satisfação pelas crianças, a Câmara é que usa esse instrumento, a Câmara usa um instrumento da satisfação nas crianças, aquilo que nós propomos é que haja uma equipa que avalie isso. --
O senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à votação a admissão da **Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar e anexa à presente acta como Doc.2.** Admitida à discussão por unanimidade, de seguida foi colocada à votação e aprovada por maioria com a seguinte votação: -----
Votos a favor: 20 votos a favor, sendo: 10 Votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----
Abstenções: 11 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do

PSD e 1 abstenção do presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

De seguida foi colocada à votação o Ponto 2.2 Concurso público com publicação no Jornal da União Europeia, para prestação de serviços de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do Município de Valongo, bem como no âmbito do plano de emergência de apoio alimentar, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 21 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da BE e 1 voto do grupo Municipal da CDU, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 10 abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** foi colocado à discussão o Ponto 2.3 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o Ponto 2.4 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia na área da limpeza de bermas, valetas e caminhos e colocação e manutenção de sinalização toponímica, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o Ponto 2.5 Regulamento de taxas relativas à realização de operações urbanísticas e o ponto 2.6 Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais – relatório de fundamentação económico-financeiro das taxas e outras receitas municipais. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, perguntou se relativamente aos regulamentos e as Tabelas de Taxas seriam votados em conjunto ou separadamente. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que na reunião de Câmara a discussão foi em simultâneo e a votação foi separada, por regulamentos, e tabela de taxas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à consideração da Assembleia os documentos serem discutidos em conjunto e a votação dos regulamentos e tabelas de taxas serem separadamente, que foi aceite por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como **Doc.3**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.4**. ----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta

como **Doc.5.** -----
O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, começou por dizer que gostaria de reforçar as palavras do Deputado que o antecedeu em relação aos elementos que compuseram a Comissão. -----
Foram todos chamados a dar a sua contribuição dentro das suas capacidades e conhecimentos. -----
Cada um deu a sua contribuição, mas especialmente um elemento, a quem queria fazer justiça, o Vereador Pedro Panzina que, em seu entender, foi a pessoa que mostrou levar os trabalhos de casa. -----
Quando se colocou a questão da necessidade de fazer uma distinção entre, o regulamento e a tabela de taxas, entende que o regulamento foi discutido exaustivamente e se mais ninguém colocou questões é porque não quis, porque não pôde ou porque não soube. -----
De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.6.** -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha**, disse que o PSD quanto aos regulamentos e quanto às Tabelas de taxas, vai votar favoravelmente, pois respeitam a lei e os princípios nela consagrados, nomeadamente o princípio da proporcionalidade da equivalência jurídica, o princípio da justa repartição dos encargos públicos. E porque cumprem todos os requisitos legais o PSD vai votar favoravelmente quer os regulamentos quer as taxas. -----
Considerou a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro diferente do costume; contava com uma tónica mais incisiva, mais objectiva, e foi muito vaga. De qualquer modo salientou alguns aspectos, até porque fez referência ao programa eleitoral, interesse pela redução das taxas e tarifas, e pela eliminação das taxas de rampas. -----
Lembrou a propósito que os Vereadores do PS, na reunião de Câmara, disseram que as tabelas não satisfazem os interesses dos munícipes e das empresas, já que pretendem transferir para estes a responsabilidade do orçamento irrealista. -----
Chamou, de seguida, à atenção para o art.º 6 do regulamento das taxas relativa às operações urbanísticas que prevê reduções, como: -----
- Reduções para empreendimentos, reduções para os particulares que queiram construir habitação própria e reduções para os titulares de Cartão Jovem. -----
Prevê reduções de 50%. (podiam ser 80% ou outra percentagem, pois o PS teve oportunidade de as sugerir na comissão) -----
- A pedido dos interessados, empreendimentos em que comprovadamente seja investido um montante igual ou superior a 1 milhão de euros, e cumulativamente no primeiro e segundo ano de investimento sejam criados um número igual ou superior a 20 postos de trabalho em regime de contrato sem termo, beneficiam de uma redução de 50% nas taxas devidas pela realização, manutenção e reforço das infra-estruturas urbanísticas, e as taxas

previstas no quadro I, II e IV das tabelas anexas, precisamente as taxas que são mais caras. -----

- O n.º 2 do art.º 6º, prevê a possibilidade de ser feito o pedido e da Câmara poder deliberar em função da importância para o desenvolvimento económico e social do Município do empreendimento. -----

- As unidades industriais, unidades de logística, armazenagem e distribuição superiores a 3.000 m2, empreendimentos turísticos, empresas de exportação de serviços de sistemas de informação e empresas de produção de electricidade a partir de fontes de energia alternativa aos combustíveis fósseis. -----

- Para as famílias e a pedido dos interessados, as taxas previstas no quadro IV da tabela anexa devidas, pelas licenças ou admissões de comunicação prévia de obras de construção destinadas exclusivamente à sua própria habitação, cuja área dos respectivos pavimentos, com exclusão dos anexos, não exceda 200 m2 beneficiem duma redução de 50%. -----

- Aos jovens, a pedido dos interessados, titulares do Cartão Jovem, e dentro das condições do Cartão Jovem, também têm a redução das taxas quando se destina a habitação própria.

Assim, é o que está previsto e poderia ser diferente se tivesse havido propostas em sentido diferente, e a maioria as votasse favoravelmente. O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a leitura de uma Proposta de Recomendação que se anexa à presente data como **Doc.7**. -----

De seguida disse que em relação à questão sobre o regulamento das taxas, e sobre as taxas, o Grupo Municipal Coragem de Mudar pouco terá a dizer sobre a matéria, pois ela foi, em sede própria, alvo de atenta discussão. -----

Não vão, na discussão e votação do regulamento, e das próprias taxas levantar a bandeira da isenção das taxas de rampa, por já ter sido feita anteriormente. Relevou ainda que toda a gente ganhou com a isenção das taxas de rampas, não é uma bandeira do PS, é da Coragem de Mudar, foi proposta deles, está no Notário, continua a estar lá, e todos vão viabiliza-la. -- Quanto às questões mais técnicas, entende que ficaram bem discutidas em sede de Comissão. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar**, começou por dizer que relativamente à questão do regulamento o trabalho foi participado, discutiram-se e foram analisados com elevada minúcia todos os artigos do documento. -----

Já teve oportunidade de o fazer na reunião de Câmara, mas na sequência das palavras do Deputado Adriano Ribeiro, aproveita hoje e aqui para realçar o trabalho minucioso, criterioso e muito importante, que fez o Vereador Pedro Panzina relativamente à limpeza e à clarificação dos regulamentos. -----

Disse de seguida que o facto de a CDU achar que o aumento das taxas devia ser igual à inflação prevista, é uma declaração política; o legislador não entendeu isso. Admite que quando a lei foi votada na Assembleia da

República, a CDU tenha votado contra, entende que é uma questão de coerência, mas eles têm que trabalhar com a lei tal e qual como ela existe. --- Há um conjunto de taxas que também baixam o seu valor e se há casos em que a justificação económica criou um crescimento da taxa, noutros casos a justificação técnica encolheu a própria taxa. -----

Quando à intervenção do Deputado Eliseu, ao dizer que “tivesse o legislador previsto e a lei não teria visto a luz do dia”, considera que está a atribuir um sentimento ao legislador que ele não teve, porque ele também podia, como já tinha feito, protelado a aplicação. Ora, o legislador achou que este ano é que ela se devia aplicar. -----

Quanto à questão do Deputado José Manuel Ribeiro, sobre a questão da existência ou não da contabilidade analítica, esperava que se discutisse a questão política, mas optou por discutir a questão do estudo! -----

Foi por não existir contabilidade analítica que se recorreu a uma empresa especializada para fazer o trabalho de recolha criteriosa para análise de todos os elementos. -----

Esclareceu que a contabilidade analítica visa a imputação, a recolha exacta da percentagem dos custos, quer gerais, quer no caso percentual, sob o ponto de vista dos custos gerais, os custos efectivos das tarefas específicas que devem ser colocados, ou imputados, a cada uma das acções. -----

Portanto, o trabalho da empresa, foi reproduzir quer a percentagem dos custos gerais que seria atribuída a cada uma destas tarefas, quer os custos reais e efectivos com que cada uma delas deveria aparecer. -----

Depois, em termos de tabelas há coeficientes de ponderação que foram utilizados e podemos discutir isso. Aliás, até estava à espera que fossem colocadas algumas questões, mas não foram. Admite, todavia, que existam outros argumentos para votar contra! -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares**, considera que o legislador está bem atento, pois olhando para o panorama das autarquias, do governo, vê-se a necessidade de criar sustentabilidade, naquilo que efectivamente é o serviço público prestado. Se nada for feito não haverá capacidade económica e financeira para se prestar o nível de serviço que se está a prestar e da forma que se está a prestar. -----

Se não se criar sustentabilidade em termos futuros o serviço poderá deixar de ser prestado, e então o legislador vai ter de defender o princípio da proporcionalidade do utilizador/ pagador, por uma questão de justiça social.

Disse de seguida que pode ser agradável dizer: *utilizar uma piscina é fundamental e tem que ser gratuita para o utilizador*; mas alguém vai pagar! Utilizar um complexo desportivo pode ser gratuito porque é fundamental praticar desporto. Porém os municípios vão ter de pagar. -----

Conclusão: Quem paga são os impostos até onde der, mas quem utiliza uma piscina, e são 10% da população, vão pôr os outros 90% também a pagar, Acontece o mesmo com os complexos desportivos. -----

O estudo económico revela isso muito bem. Há princípios de incentivo, de

desincentivo. Há funções sociais que as autarquias terão sempre de assumir mas tem que haver condições para continuar a prestar esses serviços. Temos, pois, que providenciar pela sustentabilidade mais justa e razoável ----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à participação do PS na Comissão - que também viabilizaram - não critica o trabalho da Comissão. O que o PS deixou claro em todas as reuniões e, desde o início, disse-o na Assembleia e na Câmara resume-se: -----

- Primeiro justificar as taxas, dado que esse é o espírito da lei. Continuam a aguardar que lhes dêem uma justificação, por exemplo em relação às taxas de disponibilidade da água. -----

Por outro lado, dada a conjuntura política económica, sobretudo as dificuldades sentidas não viabilizariam qualquer aumento da taxa e isso foi sempre dito. Aliás, viabilizam o regulamento, mas inviabilizam a tabela. -----

Percebe que tentem explicar o que é difícil de explicar. A Câmara Municipal quando afirma que não existe contabilidade analítica sabe que ela podia existir. A contabilidade analítica é importante, pois serve para quantificar quanto é que custa determinada função. -----

Disse, de seguida, que a lei das taxas tem que ser vista de forma conjugada com a lei das finanças locais. As Câmaras mais tarde ou mais cedo têm que perceber e dar a conhecer quanto é que custa tudo o que fazem. -----

Pensa que o legislador foi cauteloso, pois há uma componente política a ponderar dado que algumas funções têm que ser subsidiadas, sob pena de fecharem as portas a um conjunto de equipamentos essenciais -----

Existe uma questão de fundo que tem a ver com a questão das externalidades. Não podemos olhar para a realidade ignorando que determinado tipo de actividades ou determinado tipo de serviços possui um impacto social com uma externalidade que pode ser negativa ou positiva. ----

Também é uma verdade que a prática sistemática, reiterada e sustentável de desporto tem uma externalidade positiva com reflexos na redução de doenças, no bem-estar social, e isso também tem que ser medido. -----

Se levassem a discussão a fundo, então discutiriam tudo. Reiterou que não conhecem, dado que a Câmara nunca forneceu, nem hoje falou no assunto, qual é o documento que orienta a questão dos objectivos essenciais do município, em matéria económica, social e ambiental. -----

Terminou dizendo que essa informação nunca foi dada, o que pode ser considerado um exercício de maximização da receita e talvez por isso é que dizem que deviam ter alguma cautela. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Ribeiro**, disse que em relação à receita de taxas e outras receitas municipais, é verdade que há algumas que baixam, mas feito um apanhado, chega à conclusão: ----

- As que baixam, baixam 16,57% e as que aumentam, aumentam 59,78%.----

Em relação a questão do utilizador pagador, não é uma lei, é um princípio, e é por isso que dizemos: pagamento em função do vencimento. -----

Se fosse uma lei teria que ser respeitado a nível nacional. Mas há autarquias que defendem valores numa área diferentes , dentro até do próprio concelho. Disse de seguida que a lei das finanças locais tem sido golpeada, governo após governo e é preciso que se lute por uma lei mais justa, pois vão-se criando responsabilidades às autarquias e depois retiram-se-lhe meios. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aido**, disse que não estão a representar partido nenhum, estão a representar os que os elegeram e mandataram. -----

Pode inclusivamente acontecer que a Vereação da Câmara do Grupo vote de uma maneira, e o Grupo Coragem de Mudar, na Assembleia, e no seu entender votar precisamente contra, o que não tem acontecido. -----

Disse que quanto à questão das tabelas, estão a ser objectivos; apresentaram as que desceram, as que subiram e as que se mantiveram; (algumas subiram quase 200%, e votaria a favor se tivessem subido em alguns casos 300%). O que são serviços públicos devem ser pagos pela entidade pública. Ex^o: a educação devia ser paga pela entidade pública. -----

Foram mandatados e estão em representação de um Grupo que é bem grande - que ultrapassa uma dezena de milhares de pessoas - e não poderiam deixar de votar a favor uma coisa que é objectiva, e que é justa. ----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes**, disse relativamente à sustentabilidade financeira da Câmara: compreende perfeitamente, o principio do utilizador/ utilizador; compreende que os 100% da população não pode pagar a utilização feita por apenas 10% .Mas também compreende uma coisa; se continuarem a aumentar as taxas nos recintos desportivos e outras infra-estruturas essenciais à população, numa altura de grave crise económica e financeira como a que se vive no concelho, não vão ter 100% a pagar pelos 10%, mas vão ter 1% de utilizadores e 100% de pagadores pois, os poucos que ainda frequentam os recintos vão acabar por deixar de frequentar e aí, a Câmara é que vai ter um custo verdadeiramente agravado. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que relativamente à utilização dos recintos desportivos as associações estão isentas de cobrança de taxas concluindo que, havendo um tecido associativo bastante rico e volumoso, está garantido o futuro pois uma grande parte dos espaços desportivos, culturais, é cedida às associações. -----

O Senhor **Vereador José Pedro Paupério Martins Panzina**, disse em relação às questões colocadas e tratadas na Comissão que estudou os regulamentos, e as taxas: -----

- A primeira delas é; se há um princípio de utilizador/ pagador ou se há uma Lei? Chamava à atenção para a existência destas duas coisas. -----

Existe o princípio, que se chama o Principio da Justa Repartição de Encargos Públicos, mas porque está consagrado no art.º 5º da Lei das taxas das autarquias locais, não é só princípio é Lei também. -----

Relativamente aos trabalhos da comissão, também trataram de taxas sobre

vários pontos de vista. Primeiro, em relação às taxas de rampas, onde houve unanimidade da comissão relativamente à matéria, sendo bom que se diga que houve unanimidade porque assim ninguém tem a bandeira. ----- Quanto à fundamentação viram alguns exemplos exaustivamente. Houve valores para algumas das taxas, em que nenhum dos membros teve capacidade de contestar a fundamentação que o estudo técnico trazia, e foi por isso que na maioria das taxas não mexeram, fazendo-o só em outras introduzindo factores de correcção, que são os factores de desconto. ----- Não se pode dizer que todas as taxas aumentam, ou que há algumas que aumentam, pois nas que aumentam ainda existem algumas que podem reduzir 50% em certas circunstâncias. ----- Achou estranho que em sede de Comissão o BE tenha adiantado que iria apresentar na Assembleia uma proposta relativamente às taxas dos equipamentos desportivos, e tenha tomado uma posição diferente. ----- Disse ainda que não é devido à falta de contabilidade organizada sobre o sistema de custeio, ou contabilidade analítica, que a Comissão tivesse sido impedida de fazer um trabalho de melhor regulação às taxas; isso é uma falsa questão. ----- Existe o estudo, e o estudo é fundamentado, e nenhum deles se sentiu capaz de contrariar ou combater o estudo. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças**, disse que todos têm consciência que a Assembleia Municipal é composta por dois blocos: “o bloco que procura ajudar o Executivo a levar a bom termo as tarefas, e outro bloco composto por vários grupos que na maior parte das matérias o que tenta é dificultar o trabalho do Executivo”. -----

A postura na Assembleia traduz-se no seguinte: “há grupos mais conscienciosos que analisam profundamente e são capazes de tomar uma decisão coerente e há outros que por muito que analisem, por muito que estudem, por muito que lhes seja dito, já trazem uma ideia formada e não são capazes de se arredar dessa ideia, e aqui, só têm uma posição, votar contra”.

O Senhor **Presidente António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à votação a admissão Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar e anexa à presente acta como **Doc.7 sendo admitida por unanimidade**, não se tendo verificado intervenções relativamente a esta Proposta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação o **Ponto 2.5 Regulamento de taxas relativas à realização de operações urbanísticas**, verificando-se as seguintes votações: -----

REGULAMENTO: -----

Aprovado por unanimidade. -----

TABELA DE TAXAS: -----

Aprovado por maioria. -----

Votos a favor: 19 votos a favor, sendo: 10 votos do grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal

do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 11 votos contra, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstencões: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação o ponto 2.6 Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais – relatório de fundamentação económico-financeiro das taxas e outras receitas municipais, verificando-se as seguintes votações: -----

REGULAMENTO: -----

Aprovado por unanimidade. -----

TABELA DE TAXAS: -----

Aprovado por maioria. -----

Votos a favor: 19 votos a favor, sendo: 10 votos do grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 12 votos contra, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do BE. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD foi entregue à Mesa uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como **Doc.8**. -----

Pelo Senhor **Presidente António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à discussão o Ponto 2.7 Documento de prestação de contas de 2009, dos SMAES, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com: -----

Votos a favor: 13 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 18 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do PS, 6 abstencões do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o Ponto 2.8 Documento de prestação de contas de 2009, da Câmara Municipal. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Ilídio José Teixeira Lobão**, começou por dizer que teve acesso ao Relatório do Auditor Externo. Disse de seguida que no capítulo das reservas fala-se de uma dívida não reconhecida de 2 milhões 372 mil e 43 euros. -----

Primeiro, gostaria de saber porque não lhes foi entregue o anexo 8233, não sabe se o valor e a dívida são reconhecidos; que está pendente de um parecer jurídico e o parecer jurídico diz que não reconhece esta dívida. -----

Não sendo reconhecido e não havendo sentença, seria bom por conselho e precaução sob o ponto de vista da gestão, que a Câmara provisionasse esse valor, pois é assim que se faz em todas as instituições. -----

Embora sob o ponto de vista do resultado líquido do exercício, são mais 2

milhões de prejuízo a somar aos 7 milhões passando o total para 9 milhões. - Disse que o POCAL diz claramente que são consideradas situações que estão associadas a riscos, a que se referem nomeadamente as aplicações de tesouraria, cobranças coercivas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso. -----

Portanto, se a Câmara tivesse provisionado esse valor não vinha mal nenhum ao mundo e, por outro lado, não foi esclarecido a que diz respeito esta dívida. -----

Disse de seguida que quando foi Vereador na Câmara pôs uma questão relativamente ao património do imobilizado da Câmara, e na altura o Vereador responsável não foi capaz de dizer exactamente o valor e referenciar o imobilizado da Câmara. -----

Portanto a reserva referida é importante, e é preciso ter isso em conta, pois diz-se claramente que não foi possível validar o saldo inicial de 2007 relativamente ao consolidado. -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal da CDU Adriano Ribeiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acata como **Doc.9**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.10**. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares**, informou que relativamente à questão da dívida não reconhecida se trata de um processo que vem desde 2004, e que tem a ver com a ECOP. -----

Que houve negociações para a compra de 46 fogos, em Ermesinde, e entretanto houve os problemas que houve com a ECOP, e esse negócio não se concretizou, os fogos foram comprados ao INH. -----

Entretanto a ECOP tinha emitido facturas, pensa que sejam facturas negociadas com a Banca, mas que nunca foram aceites pela Câmara Municipal. -----

Portanto é um processo que os auditores resolvem colocar, mas que para eles é uma questão que nem sequer se coloca. -----

Quanto ao imobilizado no balanço da Câmara o Activo tem o Imobilizado, aquilo que contabilizaram, tem as amortizações, tem o imobilizado líquido, os auditores têm algumas dúvidas, mas são eles que têm que as esclarecer. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à votação o **Ponto 2.8 Documento de prestação de contas de 2009, da Câmara Municipal**, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 13 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos contra: 2 votos contra, sendo: 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

Abstencões: 16 abstencões, sendo: 10 abstencões do Grupo Municipal do

PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----
De seguida o **Presidente da Assembleia António Joaquim Queijo
Barbosa** colocou à apreciação o ponto **3. Apreciar a informação escrita do
Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem
como da situação financeira do mesmo**, não se tendo verificado
intervenções relativamente a este assunto. -----
Colocou de seguida à votação a **aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2,
2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8 sendo aprovado por unanimidade**, dando por
encerrada a sessão. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e
assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____